Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 89/XIV/1ª

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE APOIO ÀS ARTES PELA DIREÇÃO-GERAL DAS ARTES

No final de 2016, o anterior governo anunciou a suspensão do novo ciclo de apoios plurianuais por um ano de forma a ganhar tempo para implementar um novo modelo que prometia ser menos rígido, "estanque e repetitivo". O anterior modelo, declarava então o Secretário da Cultura, "falha rotundamente à partida a sua relação de escuta e permanente análise da realidade: o setor, as entidades, os projetos são muito distintos entre si e trazem desafios e necessidades bem diversos, que carecem de respostas ajustadas". Passou 2017 e, já com atraso, os concursos quadrienais de apoios às artes são lançados em 2018 com mais burocracia, exigências de informação e previsões orçamentais inaplicáveis à atividade de muitas estruturas que constroem as candidaturas sem qualquer acompanhamento da direção-geral das Artes. Os primeiros resultados dos apoios às artes deixavam Coimbra e Évora sem estruturas profissionais e o Porto perdia dois festivais estruturantes para a cidade. Várias outras estruturas ficavam inexplicavelmente sem financiamento, desde logo o Teatro Experimental de Cascais bem como o do Porto. Por pressão pública, alguns dos erros foram corrigidos. Mas um modelo que não garante a presença de produção artística no território não é serviço público, mas sim uma competição burocrática entre estruturas que nada tem a ver com política cultural.

O novo modelo falhou em 2018 com os apoios quadrienais e, mesmo depois de correções, falhou também em 2019 com os apoios bienais. Desde logo com o atraso nos prazos. Em abril de 2018, garantia o governo que os resultados seriam conhecidos em

julho. Em setembro, garantia novamente que seriam conhecidos na primeira quinzena daquele mês mas, só depois das eleições legislativas foram publicados os resultados que, afinal, já tinham sido decididos pelos júris a a 27 de agosto. A gestão da publicação dos resultados evitou um problema eleitoral mas repetiu o problema do ano anterior: a dotação orçamental insuficiente para o número de candidaturas elegíveis e de forte relevância artística, e a incapacidade em garantir a fixação de estruturas em todo o território, com o Alentejo a ficar sem qualquer estrutura de teatro apoiada.

O caso mais dramático surge nos apoios ao teatro onde 60% das candidaturas elegíveis ficaram sem financiamento devido à falta de verbas. O problema era, no entanto, não só previsível como evitável. Em carta enviada à Ministra da Cultura a 25 de julho de 2019, o próprio júri do concurso de teatro alertava o governo que, "no que respeita aos montantes disponíveis para financiamento, considerou esta Comissão que as determinações inscrita em aviso de abertura, no que respeita à disponibilização do montante global disponível, são desajustadas face à qualidade e diversidade das candidaturas submetidas a concurso e aos montantes solicitados para apoio", pode ler-se nas atas de 27 de agosto de 2019, do júri externo para avaliação das candidaturas aos apoios da dgARTES para 2020-2021. Como resultado, prosseguem, "a seriação final permitiu apoiar 27 candidaturas em 62 elegíveis". Ou seja, o concurso permitiu financiar apenas "cerca de 40%" das candidaturas elegíveis". Na mesma carta apelava o júri a um reforço "tão sólido quanto possível, da dotação para este concurso", algo que não se verificou apesar do alerta.

No próprio dia 11 de outubro, quando foram publicados os resultados, o Bloco de Esquerda questionou publicamente o governo sobre a fraca dotação orçamental do concurso e exigiu que as candidaturas elegíveis fossem financiadas segundo as recomendações dos júris de cada área.

O Bloco de Esquerda considera essencial, em primeiro lugar, que o governo responda às suas promessas de 2018, reforçando drasticamente as dotações para os apoios às artes que representam hoje menos de 10% do orçamento total do Ministério da Cultura (que por sua vez representa menos de 0,3% do Orçamento do Estado e menos de 0,12% do PIB). Em segundo lugar, que a direção-geral das artes seja dotada de capacidade de acompanhamento direto do trabalho das estruturas apoiadas e em processo de

candidatura. Nenhum modelo de apoios às artes é capaz de funcionar sem uma estrutura de acompanhamento no território e sem objetivos de política cultural.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Reforço orçamental imediato para a direção-geral das artes, de acordo com as indicações dos júris dos concursos aos apoios bienais, garantindo que nenhuma candidatura classificada como elegível fique excluída de financiamento;

2. Reforço dos meios e obrigações da Direção-Geral das Artes para acompanhamento direto e apoio na construção de candidaturas aos concursos de apoios às artes;

3. Adaptação burocrática das candidaturas às características gerais das estruturas que se candidatam a cada concurso.

Assembleia da República, 20 de novembro de 2019.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,